

ANÁLISE DA MOBILIDADE E DA VARIAÇÃO POPULACIONAL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA MESORREGIÃO DO OESTE CATARINENSE - BRASIL

ANALYSIS OF THE MOBILITY AND POPULATION VARIATION IN THE REGIONAL DEVELOPMENT OF THE OESTE CATARINENSE MIDDLE REGION – BRASIL

Rógis Juarez Bernardy¹
Jeancarlo Zuanazzi²
Juliana Rammé³

RESUMO: Uma região possui fenômenos que são particulares em função de sua configuração territorial, espacial, cultural, social e econômica. Visando a compreender essa dinâmica, esta pesquisa efetuou uma análise de dados, para entender os processos de mobilidade e variação populacional regional e seus impactos na funcionalidade da região Oeste Catarinense, uma vez que os processos de “esvaziamento” e “concentração” populacional causam interferências na própria organização da região. Nesse contexto, a pesquisa foi centrada na análise de indicadores demográficos vinculados à variação populacional dos 118 municípios que formam a mesorregião do Oeste Catarinense, no período de 1991 a 2010, com base nos dados dos censos demográficos do IBGE. Também, analisaram-se as taxas de urbanização, em 2000 e 2010, bem como os percentuais de população do gênero masculino, que são indicadores da localização da população e de desenvolvimento. Efetivou-se uma estratificação para a espacialização dos fenômenos, com base nas cinco microrregiões, através de cartografia temática. Como resultados, observou-se que as variações populacionais foram expressivas, tanto negativas quanto positivas, o que demonstra que a mesorregião possui uma tendência de retração (esvaziamento de municípios periféricos) e concentração (em poucas cidades de porte médio) que se encontram dispersas pelo território da mesorregião do Oeste Catarinense e que igual tendência se apresenta para o gênero, que tende a não ser mais igualitário. Os conhecimentos desta pesquisa orientam investimentos e políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento econômico e social dos respectivos municípios, que possuem tendências populacionais assimétricas.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Mobilidade populacional e municípios.

ABSTRACT: A region has phenomena that are particular due the territorial, spatial, cultural, social and economic configuration. Aiming to understand this dynamic, the research made a data analysis, to understand the mobility processes and regional population variation and its impacts on the functionality in the Oeste Catarinense region, since the emptying and population concentration processes cause interferences on the own region functionality. In this context, the research was centered in the analysis of demographic indicators linked to the population variation, from the 118 districts which form the Oeste Catarinense middle region, between 1991 and 2010, based on the IBGE demographic census data. Rates of urbanization were also analyzed, in 2000 and 2010, as well as the male genre population percentages that are the population location indicators. A stratification to the phenomena spatialization was effected, based on the five middle regions, through the thematic cartography. As results, observed the population variations were expressive, both negative and positive, which shows the middle region has a downward

¹ Doutor em Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial (UFSC) e Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC. Mestrado Profissional em Administração (em implantação), rjbernardy@gmail.com.

² Mestre em Administração (FURB) e Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, jeancarlo.zianazzi@unoesc.edu.br.

³ Arquiteta e Urbanista. Pós-graduada em Levantamento geodésicos e geoprocessamento de imóveis rurais (UNOCHAPECO), julianaramme@yahoo.com.br.

trend (emptying of the outlying districts) and concentration (in mid-sized cities) which are scattered through the Oeste Catarinense territorial middle region and that the same trends presents to the genre, which tends to be no longer egalitarian. These research knowledges guide investments and public polices directed to the economic and social development of the respective districts, which own asymmetric population trends.

Keywords: Regional development. Population mobility and districts.

INTRODUÇÃO

Os estudos que contemplam as regiões são importantes, uma vez que permitem uma análise detalhada do fenômeno pesquisado, principalmente porque, na atualidade, podem apresentar diferentes configurações territoriais em relação as suas funções e aos vínculos com o processo de globalização da economia.

Nesta pesquisa, o foco principal foi uma análise da evolução e das perspectivas da dinâmica populacional, nas últimas décadas, dos 118 municípios da mesorregião do Oeste Catarinense (SC), regionalização instituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na década de sessenta do século XX.

Com o intuito de entender essa região, a pesquisa efetuou uma análise de dados, com base nos processos de mobilidade e variação populacional regional e seus respectivos impactos na funcionalidade da região Oeste Catarinense, uma vez que os processos de esvaziamento e concentração populacional causam interferências na própria funcionalidade da região, no que diz respeito aos investimentos, à motivação das atuais e de novas atividades econômicas e às políticas públicas, entre outras.

O Oeste Catarinense teve um processo de ocupação e integração ao modelo de produção capitalista tardio e incompleto, representado pela sobreposição de grupos sociais que tiveram apoio institucional e confinaram as etnias preexistentes no território regional. Na atualidade, apresenta formas de integração ao mercado regional e internacional (agroindústria), embora se posicione na base periférica da economia estadual e nacional, o que proporciona a formação de expressivos fluxos migratórios.

Nesse contexto, em menos de um século, as atividades e os grupos sociais que se ampliaram e criaram novas formas de uso do solo na região sofreram um processo de estabilização e inclusive retração, fazendo com que houvesse reflexos na continuidade das cidades de pequeno porte, nas atividades econômicas, portanto, no próprio desenvolvimento autônomo dos municípios.

Nos procedimentos metodológicos deste estudo, a série de dados contemplou 29 anos, de 1991 a 2010,

com base em dados de variação populacional, taxas de urbanização e de gênero apresentadas nos censos demográficos do IBGE, a geração de cartogramas e análises que permitem compreender a essência da problemática da pesquisa no âmbito regional e seus reflexos em processos de desenvolvimento endógeno dos municípios. A análise dos resultados foi pautada em cartografia temática, com estratificação de dados e respectivas análises quantitativas.

Como principais resultados, evidencia-se que as variações populacionais foram expressivas, tanto negativas quanto positivas, o que demonstra que a mesorregião possui uma tendência de retração (esvaziamento de municípios periféricos) e concentração (em poucas cidades de porte médio), as quais se encontram dispersas pelo território regional, configurando as diferentes funções regionais no processo de globalização da economia.

Os conhecimentos desta pesquisa servem de suporte para a orientação de políticas públicas, em diferentes níveis institucionais, para a planificação das atuais (e novas) atividades econômicas, direcionadas à gestão do desenvolvimento dos respectivos municípios, em função da caracterização da mobilidade sistemática da população que tende a se concentrar em ambiente urbano, especificamente, em cidades de médio porte para os padrões do estado de Santa Catarina.

1 REFERENCIAL TEÓRICO REGIONAL

Na análise regional, deve-se considerar a continuidade da manifestação dos fenômenos geográficos sobre o território, até mesmo observando a sua ocorrência em períodos pretéritos, o que permite efetivar comparativos, inclusive com fenômenos similares na atualidade. Nesse enfoque, este referencial bibliográfico, num primeiro momento, abordou as discussões acerca da região e, no segundo, as variáveis relacionadas aos aspectos dos processos históricos e socioespaciais que contemplem a população da região Oeste Catarinense (118 municípios - IBGE, 2000).

A análise espacial com base no entendimento da dinâmica territorial, que continuamente transpõe para a segunda natureza, é manifestada no ambiente desta

pesquisa, por meio das ações dos grupos sociais sobre os elementos naturais, sendo que, nessa transformação, é possível identificar as seguintes categorias de análises: a forma, a função, a estrutura e o processo (SANTOS, 2006).

Em conformidade com Santos (2006), na região Oeste Catarinense, a forma é representada pelos aspectos visíveis da paisagem, tais como os elementos físicos e a dinâmica econômica e social; a função está relacionada ao papel desempenhado pelo objeto; a estrutura evidencia como os objetos se inter-relacionam e estão sistematicamente organizados, como, por exemplo, as atividades econômicas de uma cidade; os processos são determinados pelo tempo (temporalidade) e indicam as mudanças, as mobilidades ou as transformações, ou seja, a dinamicidade sofrida pela paisagem.

Embora a conceituação de região remeta a certa similaridade na sua organização histórica, cultural, social, econômica e à contiguidade territorial, a área desta pesquisa está fortemente influenciada por decisões exógenas à região, especialmente em relação à mobilidade populacional, o que demonstra os vínculos territoriais locais com outras regiões instaladas no ambiente dos municípios. Nesse contexto, para Santos (2006, p. 14),

[...] o espaço é o resultado das ações do homem sobre os próprios espaços intermediados pelos objetos naturais ou artificiais, que o autor chama de segunda natureza e que sofrem diferentes interferências em função das ações humanas.

Para Corrêa (1986, p. 37), o termo região “no sentido original significa unidade político territorial, atrelado a certa superfície terrestre (continuidade geográfica)”. Nesse contexto, Bavaresco (2005, p. 19) ressalta que o “Oeste Catarinense possui características próprias como resultado da ocupação e da colonização, por descendentes de populações européias”.

Ao considerar as distintas temporalidades na utilização do território do Oeste Catarinense, é possível identificar determinadas especificidades em relação aos processos de artificialização da paisagem regional, com base em que Bavaresco (2005) chama de ciclos econômicos. Estes se manifestaram no território, como a pecuária, a erva mate, a madeira e a agroindústria, sendo que se reproduziram em forma de ciclos (período em que predomina determinado fenômeno, nesse caso, econômico e social).

Recentemente, a esses ciclos se acrescenta o aproveitamento energético, por meio da instalação de

usinas hidrelétricas, em cursos d’água de diferentes portes, primeiramente, centradas no rio Uruguai, que determinam importantes impactos sociais nas áreas de entorno dos reservatórios (embora as hidrelétricas representem decisões exógenas, significam um vínculo da região, em função da existência de matéria-prima, com o restante do território nacional). Temporalmente, a coexistência de elementos da paisagem em determinado lugar, somada a uma maior uniformidade na sua organização e distribuição, quando comparada ao ambiente externo, que conforma uma “diferenciação das áreas” (particularidades), pode ser chamada de região.

Tradicionalmente, no ambiente desta pesquisa, a combinação de processos econômicos está vinculada à motivação de novas dinâmicas espaciais, que modelam os usos do solo tanto no espaço rural quanto no urbano, mesmo em áreas com processos de desenvolvimento desigual (como exemplo, no espaço rural, no centro e na periferia urbana), não geográfico, entretanto, social. Para Santos (apud SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 264), em função da globalização, pode-se identificar a coexistência de dois espaços nas regiões: aqueles que acumulam determinados tipos de densidades técnicas e informacionais (cidades), aptas a atrair maior diversidade de atividades econômicas vinculadas às novas tecnologias e à organização, e os subespaços (rural), onde essas características estão ausentes.

No âmbito das regiões que se vinculam ao processo de globalização, Benko (2002, p. 80) ressalta que “o meio inovador regional é o conjunto de habilidades coletivas oriundas dessas práticas e sua mobilização nos procedimentos mais ou menos informais que fazem avançar as problemáticas econômicas regionais, bem como as suas soluções”, sendo que elas ficam condicionadas à capacidade de envolvimento interno dos atores regionais, enquanto os subespaços não apresentam essas características.

Em conformidade com Becker (2003), os distintos processos de desenvolvimento regional não são iguais, uma vez que se constituem de movimentos contrários, fortemente influenciados por fatores exógenos e também por reações endógenas, ou seja, de dentro para fora, de acordo com as mobilizações de agentes de desenvolvimento locais. Na região Oeste Catarinense, as dinâmicas econômicas tiveram forte relação com atividades dispersas e distribuídas pelo território (especialmente, a agropecuária), entretanto determinadas cidades (Chapecó, Concórdia, Videira, Caçador e Joaçaba) tiveram condições mais adequadas para cristalizarem determinadas atividades econômicas (agroindústria urbana), que geraram novos segmentos

econômicos (especialmente, na indústria de suporte e de serviços especializados) (TESTA et. al., 1996, e MIOR, 2005).

Analogamente, Wallerstein (apud MENDES, 2005, p. 45), ao abordar as relações entre espaços geográficos contíguos, ressalta que “[...] os vínculos sejam rígidos ou elásticos, possuem a característica fundamental que é a existência de uma relação de dependência” - os vínculos são mais do que casuais, são estruturais. Percebe-se que a identidade regional criada a partir da continuidade geográfica (espacial) possui relações de dependência que se manifestam igualmente no tempo.

Embora, no Oeste Catarinense, exista uma configuração espacial que permite identificar uma identidade regional, a complexização das relações espaciais e econômicas (relação do modelo agroindustrial cada vez mais verticalizado) é fortemente influenciada pelas determinações externas, como dos mercados consumidores, que se localizam de forma descontínua à região. Nesse sentido, a região de estudo, por ter suas bases produtivas no setor agropecuário, pode ser enquadrada, nas determinações de Benko e Lipietz (apud ALMEIDA, 2009), no que chamam de “regiões perdedoras do processo de globalização”, embora estejam “ligadas às redes globais (inclusive regionais - no próprio estado e país)”, especialmente, no âmbito econômico, possui uma condição desprivilegiada em relação à sobreposição das demais regiões, ao contrário, sua função está embasada na exploração dos recursos naturais e na utilização de mão de obra com baixo rendimento.

Assim sendo, observa-se que a região Oeste Catarinense se rearranja em função de interesses distantes, entretanto é relevante a configuração da “seletividade espacial regional que se manifesta tanto no campo econômico quanto no social” (SANTOS, 2003, p. 126) em função de determinações internas à região. Para Santos, uma das consequências dessa seletividade é o favorecimento do espaço urbano, como ambiente de convergência de grupos populacionais, inclusive que se manifesta em cidades de diferentes portes (no caso da região em análise, com muitas cidades de porte pequeno e poucas cidades de porte médio, portanto, uma rede urbana incompleta) (SANTOS, 2003).

Dessa forma, nos municípios do Oeste Catarinense, a combinação de processos econômicos determinou uma geografia com especificidades próprias quanto à mobilidade populacional, pois os processos de urbanização são concentrados e dispersos, o que determina uma acentuada mobilidade populacional regional e extrarregional, com forte tendência de retração dos contingentes em locais periféricos

(regiões perdedoras), que condicionam os processos de desenvolvimento autônomos em período vindouro.

Nessa região, cristaliza-se o que Santos (2003, p. 126) chama de “seletividade espacial, que se manifesta tanto no plano econômico como no social”, sendo possível identificar dois tipos de circuitos: o superior e o inferior. Para o autor, o superior “é o resultado direto da inovação tecnológica”, está prioritariamente distribuído no espaço urbano, e o inferior “consiste em atividades de escala de longo prazo”, que também pode ser vinculado ao espaço rural e manipulado por população de mais baixa renda, sendo que essa configuração determina importantes processos de mobilidade e busca de integração em circuito diferente, em função das novas possibilidades de acesso, como no ensino e no trabalho especializado urbano.

2 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DO OESTE CATARINENSE

O Oeste Catarinense é uma regionalização do IBGE que foi instituída na década de sessenta e se constitui como uma mesorregião (Santa Catarina possui seis), sendo subdividida em cinco microrregiões (Joaçaba, Concórdia, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste) em função de suas identidades históricas, culturais, sociais, econômicas e territoriais. Dessa forma, o Oeste Catarinense está inserido no estado de Santa Catarina, o menor em área territorial da região Sul, conjuntamente com os estados do Paraná (ao norte) e Rio Grande do Sul (ou sul) (IBGE, 2000a).

Essa região se integrou à dinâmica econômica extrarregional apenas no século XX, uma vez que as atividades econômicas eram parcialmente integradas e a região tinha uma função de passagem de pessoas e produção no sentido do Rio Grande do Sul até São Paulo. Os fatores geopolíticos externos (disputa territorial com a Argentina - resolução pela questão de Palmas) e internos, como a Guerra do Contestado (disputa entre governo, fazendeiros e construtores da estrada de ferro contra os caboclos), e a disputa territorial com o estado do Paraná contribuíram para o retardamento dessa integração regional (a integração é parcial, inclusive na atualidade, pela deficiência de vias e exclusão econômica e social).

Os modelos de exploração e produção econômica desempenhados pelos caboclos (descendentes de índios com brancos) na região geravam desconfiança no governo provincial de Santa Catarina, que formou uma tríplice aliança com a igreja católica

e as colonizadoras (imobiliárias na época), para implementar um modo de ocupação diferenciado, “transplantando” descendentes de europeus para a região, havendo um processo de substituição dos grupos sociais preexistentes. Para Renk (1999, p. 03), “as áreas de florestas e de campos foram divididas em pequenos lotes, chamados de colônias e vendidas aos colonos oriundos do Rio Grande do Sul”.

Dessa forma, reconhece-se que o Oeste Catarinense teve um processo de ocupação que precedia aos imigrantes descendentes de europeus, oriundos do Rio Grande do Sul, em áreas de colonização induzida, representado pelos grupos de guaranis, kaingangues, caboclos e fazendeiros, que possuíam organizações sociais distintas. A base de sustentação desses grupos era o seminomadismo e a produção da pecuária bovina, respectivamente (WERLANG, 2002). Os caboclos aproveitavam os recursos disponíveis pela natureza, como a caça, a pesca e a coleta de frutas silvestres, aliados a uma incipiente agricultura, desenvolvida próximas das residências e dos cursos d’água, sem a preocupação com uma divisão territorial em propriedades.

Embora se costume observar a história da ocupação territorial do Oeste Catarinense de forma fragmentada e em fases sucessivas, foi importante a relação de suporte que os grupos de indígenas proporcionaram para a efetividade do “branqueamento” da região. Os índios “[...] foram desbravadores e guias dos colonizadores, ensinavam-lhes o cultivo e o uso de várias espécies de vegetais, como o milho, a mandioca, a erva mate e a domesticarem os animais” (LISBOA, 2003, p. 04).

A inserção de novos grupos sociais aconteceu a partir da sobreposição aos grupos anteriores e não por fases sucessivas. Ela foi acompanhada pela periferação geográfica dos índios e dos caboclos, inclusive em termos culturais, sociais e econômicos, uma vez que foram confinados em espaços sem aptidão para as atividades da extração vegetal, da agricultura e da pecuária, evidenciando a segregação étnica na ocupação territorial do Oeste Catarinense (RENK, 1999, p. 14). Esse fenômeno a autora chama de “deslocamento compulsório, isto é, não voluntário, entretanto obrigatório”. A periferação, na atualidade, acomete também; parte da população rural descendente de etnias europeias.

Por volta da metade da segunda década do século XX, houve uma divisão administrativa do território do Oeste Catarinense em municípios, sendo que se formaram duas importantes referências espaciais: o município de Cruzeiro, atual Joaçaba, no Meio Oeste,

e o de Chapecó (ambos emancipados em 25 de agosto de 1917), o último com extensão territorial até a fronteira com a Argentina (em torno de 14 mil km²) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2010). Essas medidas político-administrativas demonstravam que a região estava apta para imprimir um novo modelo de desenvolvimento (inserção de capital com o apoio do Estado) diferenciado daquele até então difundido e fortemente vinculado ao uso dos recursos naturais.

A organização social dos colonos oriundos do Rio Grande do Sul deu-se com o incentivo das companhias colonizadoras, que tiveram a incumbência de dividir o território em lotes similares em relação ao tamanho da área. Possuíam em torno de 25 ha, o formato tinha a testada estreita e o fundo alongado (herança portuguesa) e utilizavam, principalmente, como limites, os cursos d’água e os próprios divisores ou as cotas mais elevadas, proporcionando um desenvolvimento de sistemas agrários de acordo com as especificidades culturais do grupo e das potencialidades da geografia. Esse modelo fundiário não se mostrou adequado por ocasião da inserção de novas tecnologias nos sistemas de produção, através do emprego de máquinas e implementos agrícolas (WERLANG, 2002).

Para Werlang (2002, p. 34),

[...] o travessão dividia pelo meio as terras existentes entre dois cursos d’água, sendo que as terras eram divididas em lotes de 25 a 35 hectares, de acordo com as restrições do relevo e a existência de cursos d’água.

Esse modelo de divisão da terra foi importante, pois determinou um confinamento social de famílias com expressivo número de membros nas propriedades e que, posteriormente, foi essencial para a presença de processos de mobilidade regional (especialmente de jovens - migração especializada) para centros urbanos em formação (a urbanização regional é tardia, quando comparada com as demais regiões do estado de Santa Catarina).

Observa-se que, no Oeste Catarinense, além do advento da colonização e a construção da ferrovia (que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul), no primeiro quartel do século XX, houve uma incorporação tardia e parcial ao restante do território nacional. Nesse contexto, a organização espacial preexistente; evidenciava formas de modelagem do espaço geográfico não compatíveis com os processos de expansão capitalista sobre o território Catarinense, especificamente, pelas suas principais formas de ocupação e uso do solo.

A produção do espaço rural deu-se com as atividades econômicas no interior das propriedades que desconsideravam as formas naturais da paisagem. No entanto, a partir da progressividade econômica e a formação das primeiras vilas compostas basicamente pela serraria, pela igreja, pelo ínfimo comércio, pela escola e por algumas casas, houve a troca do uso do solo do extrativismo para o ambiente urbano (incipientes atividades econômicas típicas de cidades), embora disperso no território regional.

Na década de 40 (século XX), novas atividades econômicas foram organizadas e difundiram-se sobre o território do Oeste Catarinense. Parte estava atrelada à agricultura - milho, batata, feijão e mandioca - a partir da policultura e representava uma possibilidade de sobrevivência, pela subsistência alimentar que proporcionava aos grupos sociais. A esses grupos eram impostas diversas dificuldades, como a inexistência de vias, a distância de mercados consumidores e a carência de circulação de moeda.

A partir da segunda metade do século XX, “houve a reestruturação do espaço do Oeste Catarinense para o modelo agroindustrial, sendo que a indústria alimentícia urbana passou a organizar o território” (BAVARESCO, 2005, p. 12). Difundida em grupos sociais dominantes no território que não distinguia a identidade econômica dos produtores (colonos), esse modelo posteriormente se tornou seletivo (excludente), entretanto foi fundamental para a ampliação de uma urbanização concentrada e dispersa, que se tornou um excelente atrativo para a população jovem do espaço rural (busca de melhor renda e, posteriormente, de especialização no ensino).

As áreas rurais, que tinham processos produtivos específicos, ao incorporar as novas formas de produção (implantação de tecnologias na produção de matéria-prima para agroindústria), liberaram expressivos contingentes populacionais para os centros urbanos. Esse fato acarretou o esvaziamento espacial de parte do espaço rural (espaço perdedor de potencial) e gerou a descontinuidade e a ruptura nas formas de produção (SILVESTRO et. al., 2001), houve processos de descontinuidade na sucessão das propriedades rurais (WANDERLEY, 2000).

O espaço regional pode ser evidenciado pela dinâmica populacional e as respectivas particularidades econômicas que se estruturam a partir das inter-relações entre os municípios da região, que apresentam diferentes especificidades. O processo de ocupação e integração econômica e estagnação do Oeste Catarinense - do ambiente rural e

de determinadas cidades de pequeno porte - possui um ciclo reduzido, uma vez que esse intervalo temporal (ocupação e esvaziamento) é de menos de um século, podendo persistir por mais algumas décadas, e possui importantes impactos no desenvolvimento e na continuidade dos próprios municípios.

Dessa forma, no âmbito regional, existe um quadro de instabilidade em relação à progressividade do desenvolvimento, tanto rural (regiões perdedoras) quanto urbana (mais especializadas e inibição da instalação e ampliação de (novos) empreendimentos pela migração especializada, que tende a cristalizar um ambiente economicamente mais homogêneo, portanto, menos diversificado e autônomo. A diversificação de atividades urbanas, que se constitui como um importante atrativo populacional regional, portanto, um fator de desenvolvimento, não é difundida, ao contrário, concentrada em poucas cidades do Oeste Catarinense (poucas cidades de porte médio, com economia mais diversificada e ainda fortemente vinculada ao espaço rural através da agroindústria - complexos econômicos verticais, conforme Mior, 2005).

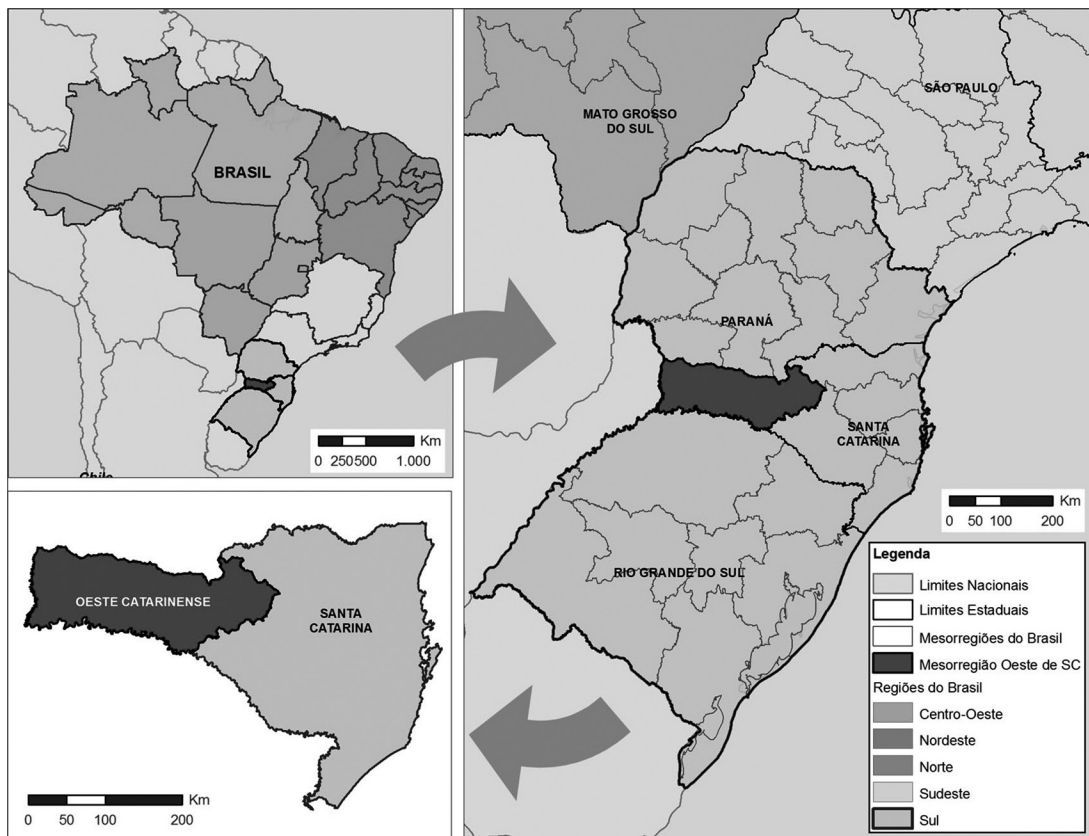
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos estão relacionados aos mecanismos, às técnicas e à sequência lógica empregados nos processos de pesquisa, vinculada ao objetivo instrumental que determina o que foi pesquisado e compreendido. Esta pesquisa foi embasada em informações secundárias, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em três temporalidades (29 anos): 1991, 2000 e 2010, ou seja, a partir da base de dados dos censos demográficos na mesorregião do Oeste Catarinense. Os municípios que fazem parte da mesorregião do Oeste Catarinense (Mapa 01) são os seguintes (IBGE, 2000):

microrregião de Joaçaba: Arroio Trinta, Água Doce, Caçador, Calmon, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Fraiburgo, Herval d'Oeste, Ibiom, Ibicaré, Iomerê, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Ouro, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Treze Tílias, Vargem Bonita e Videira;

microrregião de Concórdia: Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Ita, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina;

microrregião de Xanxerê: Abelardo Luz, Bom Jesus, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal dos Guedes,



Mapa 01: Mapa de localização dos municípios da mesorregião do Oeste Catarinense
 Fonte: IBGE (2000)

Galvão, Ipuçu, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim;

microrregião de Chapecó: Águas de Chapecó, Águas Frias, Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Guatambu, Iraceminha, Irati, Jardinópolis, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Palmitos, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, Saudades, São Bernardino, São Carlos, São Lourenço d'Oeste, São Miguel da Boa Vista, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinhos e União do Oeste;

microrregião de São Miguel do Oeste: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaiá, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Riqueza, Romelândia, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel d'Oeste e Tunápolis.

Especificamente, os dados de interesse da mesorregião do Oeste Catarinense (118 municípios), por temporalidade, foram os seguintes: 1991, população total; 2000, população total, rural e urbana, e 2010, população total, rural e urbana, além de gênero e percentuais relacionados. Em todos os dados, foram consideradas as microrregiões, em número de cinco (São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Concórdia e Joaçaba), os percentuais e a proximidade geográfica entre os municípios.

Em relação à abordagem da pesquisa, enquadra-se como quantitativa, uma vez que se aproveita da base de dados de informações secundárias (IBGE), que servem de aporte para uma posterior análise textual. Em relação a esse tipo de pesquisa, apresentou a utilização de técnicas estatísticas na estratificação dos dados para a organização da cartografia temática regional. Dessa forma, a interpretação das informações da dinâmica populacional com base em critérios objetivos e embasados na realidade regional permite a verificação da dinâmica populacional regional quanto aos fenômenos vinculados aos dados analisados.

Os produtos gerados e os resultados obtidos dizem respeito à formação de configurações e de perspectivas da dinâmica populacional por município nas microrregiões da mesorregião do Oeste Catarinense, comparativos de involução e evolução, formação de blocos geográficos com características similares, visíveis com base em cartografia temática regional (com respectiva análise descritiva dos mapas), estratificados de acordo com o tamanho populacional e vínculo com o desenvolvimento municipal.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

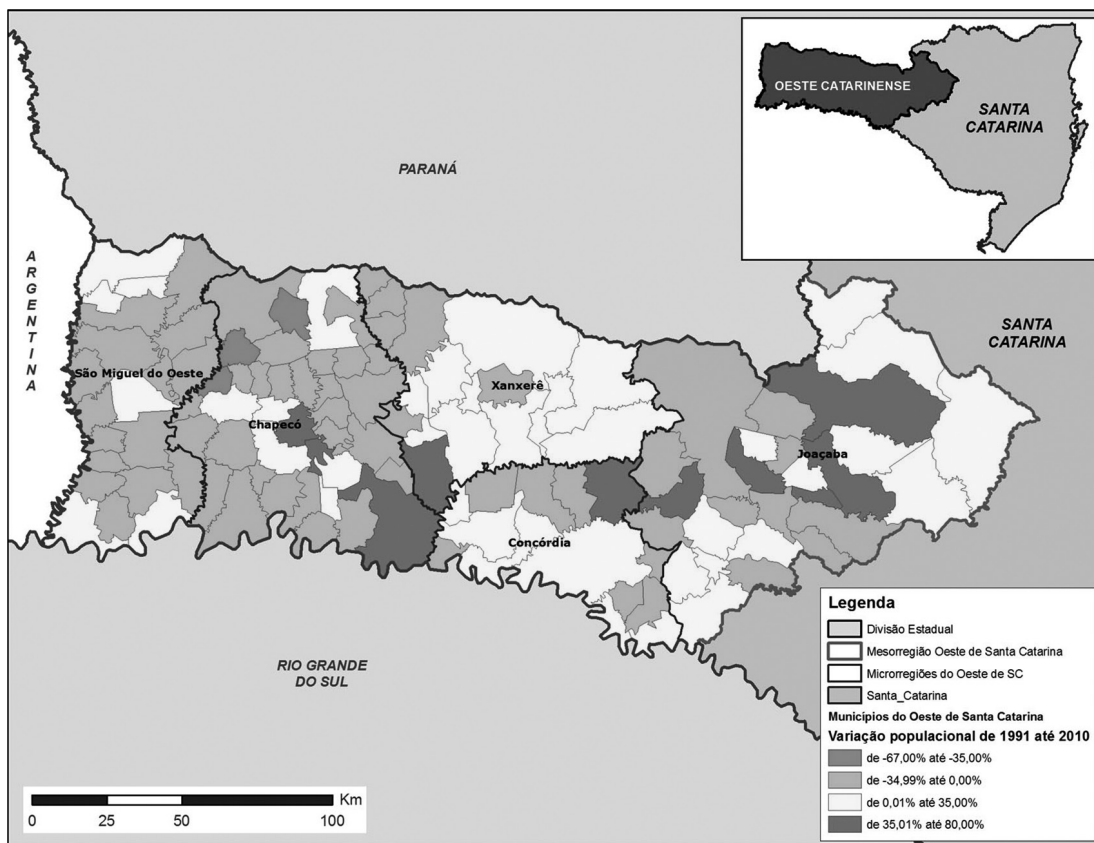
4.1 VARIAÇÃO DA DINÂMICA POPULACIONAL REGIONAL

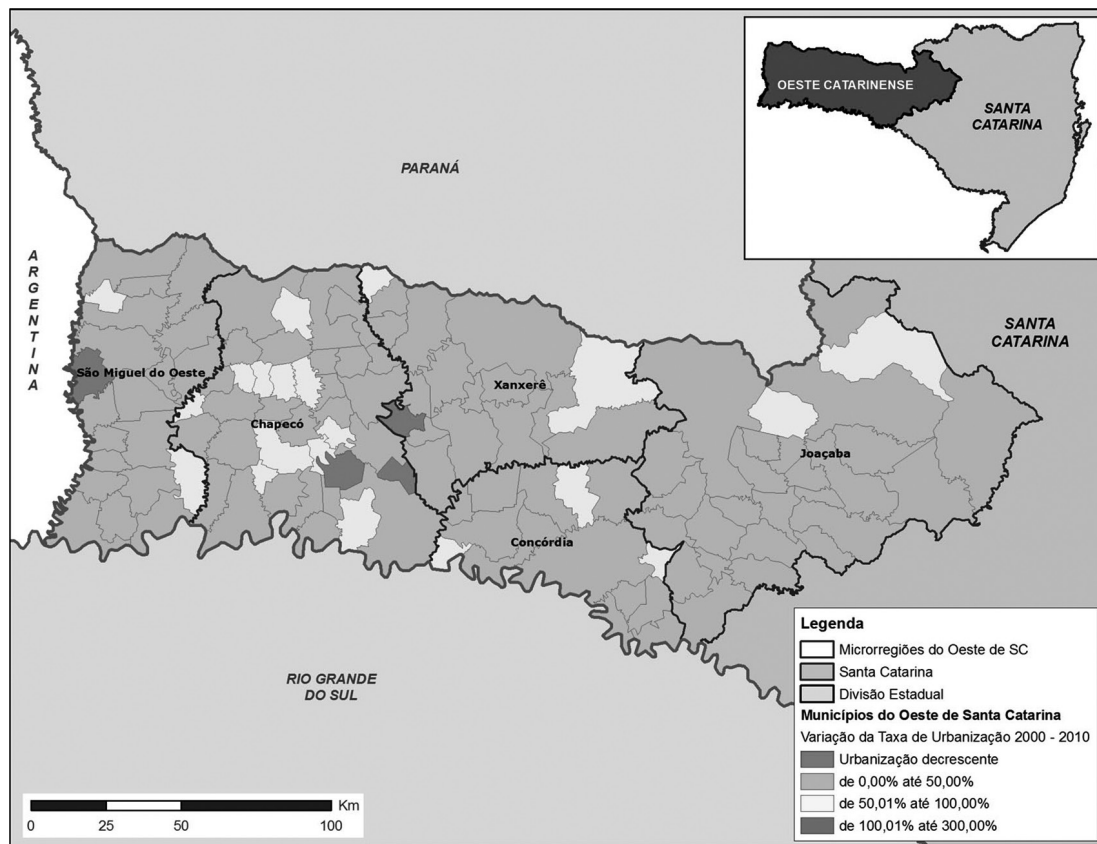
Entre as principais potencialidades de uma região, citam-se as características da população pela capacidade de inovar e instituir novas dinâmicas e estratégias de desenvolvimento nos âmbitos local e regional (rural e urbano). A análise da variação populacional total dos 118 municípios, de 1991 até

2010, considerando os dados censitários do IBGE (1991 a 2010), portanto, em intervalo de 29 anos, foi efetivada com base em estratificação de dados para a compreensão da dinâmica do fenômeno no interior das microrregiões de Joaçaba, Xanxerê, Concórdia, Chapecó e São Miguel do Oeste, todas localizadas na mesorregião do Oeste de Santa Catarina.

A análise da variação populacional, por município, foi efetuada com base em estratos, conforme segue: I) variação negativa de -67% até -35% da população; II) variação negativa de -34,9% até 0,0%; III) variação positiva de 0,1% até 35%; IV) variação positiva de 35,01% até 80%, no intervalo de 29 anos.

Na mesorregião do Oeste Catarinense, apenas três municípios variaram negativamente entre -67% até -35%, considerada uma retração fortíssima, sendo eles: São Miguel da Boa Vista, São Bernardino e Santa Terezinha do Progresso, todos localizados em área periférica da microrregião de Chapecó (na parte norte dessa microrregião, existe o predomínio de municípios com pouca população, ou seja, menos de três mil habitantes). Além desse estrato, existem outros sessenta e quatro municípios que tiveram regressão





Mapa 03: Variação da urbanização de 2000 a 2010 nos municípios do Oeste de Santa Catarina
 Fonte: IBGE (2000 e 2010)

populacional e representam 54,24% sobre o total. A análise geral da mesorregião demonstra que 56,78% dos municípios tiveram perda populacional de 1991 a 2010, conforme os dados do IBGE, sendo que esse fenômeno está atrelado à dinâmica econômica desses locais (regiões perdedoras, com pouca capacidade autônoma de diversificar os segmentos produtivos) (Mapa 02).

Esses dados são representativos em municípios com menores tamanhos populacionais e que tiveram acentuados processos de mobilidade do espaço rural para o urbano, bem como entre as próprias cidades da região e para além dela. Nesse contexto, insere-se, de forma mais evidente, a microrregião de São Miguel do Oeste, que apresenta problemas estruturais típicos de regiões fronteiriças, tais como: instabilidades econômicas macrorregionais de ambos os países que afetam amplamente essas regiões, variação de moeda, distância de mercados consumidores, rede urbana predominantemente de pequenas cidades, centradas em atividades comerciais pequenas, indicadores de renda reduzidos, mais informalidade, áreas geográficas periféricas, enfraquecimento político e confinamento

da propriedade - minifúndio - e com modelo econômico essencialmente agroindustrial. Visando a reverter esse quadro de regiões deprimidas, o governo federal implementou a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, através do Ministério da Integração Nacional, e compreende 381 municípios, entre os quais, a microrregião de São Miguel do Oeste (ver demais informações sobre o assunto em: Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, 2003 e 2004).

Os municípios que tiveram acréscimo populacional de 0,1% até 35% representam 38,14% e estão mais difundidos nas microrregiões de Xanxerê, Concórdia e Joaçaba, com a economia mais diversificada e dinâmica, inclusive urbana, quando comparada com a anterior, centrada na indústria alimentícia, metal-mecânica, móveis (participação da indústria no Produto Interno Bruto - PIB - atinge até 85%) e serviços, como a área de saúde e educação (ver sobre essas informações em Mior, 2005 e Bernardy, Zuanazzi e Monteiro, 2008). Finalmente, aqueles que variaram mais entre 35,01% até 80% representam apenas 8,47% e são representados por 10 municípios, entre os quais, destacam-se os polos regionais, como: Chapecó (essa

cidade apresenta a função de “centro” da região dos 118 municípios) e Caçador.

As cidades polos do Oeste Catarinense, como Chapecó, Concórdia, Caçador, Joaçaba e Videira, exercem uma forte atração na região (centro ganhadores regionais), o que causa uma mobilidade populacional pela diversidade de postos de trabalho que apresentam, entretanto, ressalta-se, no primeiro momento, a ínfima capacidade de inserção em mercado de trabalho em municípios menores (nesse caso, deve-se considerar que a principal matriz produtiva regional - integração agroindustrial - tem sido excludente, conforme constataram Testa et al, em 1996, Mior, em 2005, e Silvestro et al. em 2001).

No caso de municípios com população reduzida, o expressivo crescimento populacional pode ser vinculado à instalação de empreendimentos econômicos de maior porte, que atrai sazonalmente a população do entorno (inclusive população de indígenas para o trabalho na indústria alimentar). As microrregiões de Xanxerê e São Miguel do Oeste não apresentaram variações populacionais positivas expressivas, pela própria ausência de cidades de maior porte, com população com mais capacidade de consumo, bem como de atividades econômicas urbanas mais diversificadas, portanto, com menor atratividade regional (dinâmica econômica mais homogênea).

Outro indicador da mobilidade regional está vinculado às taxas de urbanização, pois expressiva parte delas foi condicionada pelas migrações e não necessariamente por crescimento das taxas de natalidade no interior dos municípios, sejam em processos de saída (emigrantes) ou de chegada (imigrantes). Na aferição das taxas de urbanização (IBGE, 2000 e 2010), desenvolveram-se quatro estratos: I) urbanização decrescente; II) taxas estáveis até 50%; III) de 50,01% até 100%; IV) taxas de 100,01% até 300% (Mapa 03).

Apenas um município diminuiu a sua população urbana, no intervalo entre 2000 e 2010, segundo os dados censitários do IBGE, que foi Marema (microrregião de Xanxerê). As taxas crescentes de até 50% representaram 79,66% (94) dos municípios, portanto, houve um predomínio, nesse estrato, determinado pelo crescimento vegetativo e pela mobilidade do espaço rural para o urbano, embora não atingisse todos os municípios da região, conforme mencionado anteriormente. Essa variação aconteceu em todas as microrregiões, entretanto foi predominante na microrregião de São Miguel do Oeste, em municípios fronteiriços, o que pode ser um indicativo da estabilização populacional, considerando o intervalo

de dez anos e o próprio processo de esvaziamento do espaço rural (região perdedora).

As taxas de urbanização no intervalo, superiores a 50,01% até 100%, representaram 16,95% dos municípios, ou seja, 20 municípios, localizados principalmente na microrregião de Chapecó e por unidades administrativas de pequeno porte, portanto, a variação numérica não foi expressiva. Finalmente, os municípios com variação superior a 100,01%, foram apenas três (2,54%) de pequeno porte: Paraíso, no extremo oeste, Cordilheira Alta e Nova Itaberaba (influência direta do polo de Chapecó), que não são autônomas, entretanto determinadas por fatores regionais (forte atração da cidade de Chapecó - 174 mil habitantes, IBGE, 2010, no uso do solo, inclusive de atividades econômicas do seu entorno imediato).

Um indicador de desenvolvimento de uma região pode ser aferido pelos índices de urbanização (região ganhadora), uma vez que, temporalmente, o Oeste de Santa Catarina tem apresentado problemas estruturais rurais, tais como o acesso à saúde, ao trabalho e à renda, o que não permite uma qualidade de vida adequada para essa população (Testa et. al, em 1996, demonstraram que 36% dos agricultores do Oeste Catarinense estavam em franca descapitalização e 23%, em exclusão do sistema de produção, considerando os seus níveis de renda anual pela produção). O envelhecimento populacional, ou seja, a não renovação do quadro humano disponível ao trabalho, entre outros, também é um fator relacionado ao desenvolvimento dos municípios, pois os idosos possuem a responsabilidade de dar continuidade às atividades econômicas regionais, notadamente, em condições de desvantagem em relação a uma estrutura etária mais equilibrada.

O ambiente urbano apresenta condições mais diversificadas de acesso ao trabalho e à proximidade do atendimento nos quesitos ligados aos bens sociais (unidades de saúde, escolas, atendimento aos idosos e outros), embora se reconheça que a urbanização acelerada também pode gerar precarização na qualidade de vida de parte da população, pela impossibilidade de acesso à infraestrutura e às demais políticas públicas. Dos 118 municípios desta análise, 8,47% possuem taxas de urbanização de até 25%, consideradas baixas, se comparadas à realidade do estado de Santa Catarina, embora sejam diversificadas (como exemplo, cita-se o município de Irati, com apenas 21%, de acordo com o IBGE, 2010). Esses municípios possuem a sua base econômica no espaço rural, normalmente, atrelada à relação agroindustrial (agropecuária dispersa e indústria concentrada na

região - modelo visivelmente em crise em função dos problemas ambientais, falta de mão de obra, baixa renda e seletividade humana, econômica e territorial) (Tabela 01).

As taxas de urbanização entre 25,01% até 50% representam 42,37% dos municípios e, na soma com o estrato anterior, é possível evidenciar que metade dos municípios do Oeste de Santa Catarina possui uma taxa de urbanização de até 50%, normalmente possui um contingente populacional de pequeno porte (também são municípios novos, com autonomia administrativa nas décadas de 80 e 90). Possivelmente, esses municípios não tenham uma ampliação significativa do fenômeno urbano no futuro, uma vez que existe uma estabilização populacional (diminuição significativa dos nascimentos - ver comparativos de taxas de natalidade entre os censos de 2000 e 2010) nos próprios municípios, acompanhados de um envelhecimento geral da população.

Tabela 01: Taxas de urbanização dos municípios do Oeste Catarinense de 2010

Estrato	Municípios	Porcentagem
de 0,00% até 25,00%	10	8,47%
de 25,01% até 50,00%	50	42,37%
de 50,01% até 75,00%	40	33,90%
de 75,01% até 100,00%	18	15,25%
TOTAL	118	100,00%

Fonte: IBGE (2010)

As taxas de urbanização superiores a 50,01% representam outros 50% dos municípios, sendo que a maior concentração se localiza em até 75%. Os municípios com taxas de urbanização superior a 90% são os de Videira, Caçador, Chapecó e Joaçaba, todos com a base econômica centrada nas indústrias e nos serviços especializados (polos ou centralidades da região que recebem população regional). Essas taxas tendem a ser progressivas, pois existe a contribuição da diminuição da população rural e o aumento dos perímetros urbanos desses municípios em função da urbanização horizontal (essas cidades ainda são resistentes aos processos de verticalização - priorização de casas como moradia em detrimento de prédios verticais - apartamentos) nos últimos anos. Outro indicador de análise regional está vinculado ao gênero das pessoas, uma vez que determina a perspectiva de continuidade das relações sociais, os processos de sucessão familiar rural, normalmente masculina, a distribuição e a tipologia das atividades econômicas, entre outros.

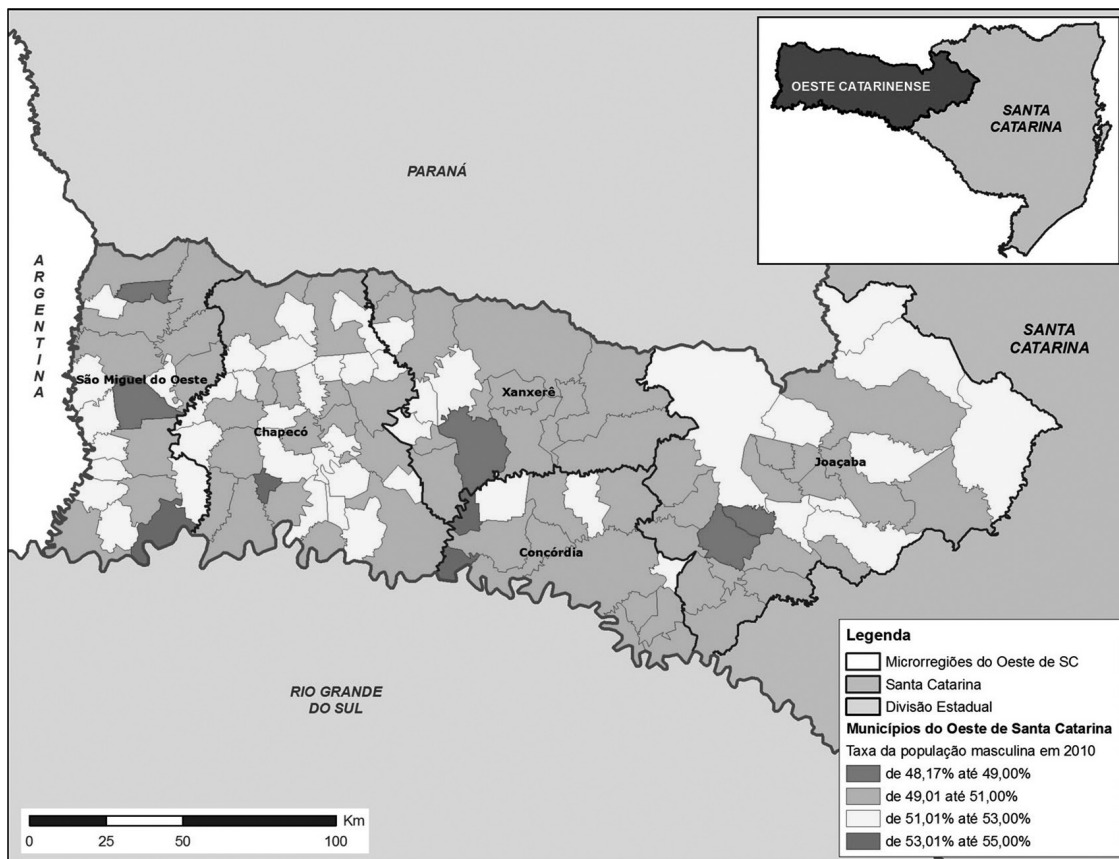
4.2 VARIAÇÃO DE GÊNERO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Na análise da dinâmica populacional regional que considera as variações totais da população, as taxas de urbanização e o vínculo com municípios de diferentes portes, em relação ao tamanho populacional, compreenderam-se as respectivas taxas de gênero (masculinização) da população nas microrregiões. A mesorregião do Oeste Catarinense possui, em municípios menores, tem uma população com tendência ao desequilíbrio em favor do gênero masculino e, nos municípios com cidades de porte maior, há concentração de população de gênero feminino. Observa-se que, em cinco municípios, as populações masculinas são minoria (entre 48,17% até 49%): Joaçaba (embora seja uma cidade polo, possui apenas 24.924 habitantes, de acordo com o IBGE, 2010), São Miguel do Oeste, Luzerna, Xanxerê e Guarujá do Sul.

Os estratos com população masculina entre 49,01% até 51% representam apenas 23 municípios, ou seja, 19,49%, sendo que neles existe mais equilíbrio entre gênero e estão distribuídos principalmente nas microrregiões de Xanxerê e Concórdia (Mapa 04). O estrato entre 51,01% até 53% de homens representa 86 municípios, ou 72,88%, o que evidencia um processo de “masculinização” em pequenos municípios, principalmente, nas microrregiões de Joaçaba, Chapecó, seguidos de São Miguel do Oeste (possuem suas bases econômicas no espaço rural, ou no circuito inferior da economia, de acordo com Santos, 2003).

Os municípios com mais desequilíbrio em relação ao gênero masculino são os de Mondaiá, Paial, Cunhataí e Arvoredo (todos de pequeno porte em relação ao tamanho populacional), pois as taxas variam entre de 53,01% até 55,0%. Esses municípios possuem desequilíbrios ainda maiores no espaço rural, pois é evidente a mobilidade especializada de pessoas jovens do gênero feminino para os espaços urbanos regionais. Esta é determinada pela falta de perspectivas econômicas, pelo fato de a sucessão da propriedade rural ser prioritariamente masculina, pelo poder de decisão sobre a gestão da propriedade ser ínfimo, pelo isolamento social, pela acessibilidade precária das vias de infraestrutura local e regional, pelo trabalho agropecuário, que exige força física, por falta de continuidade no sistema formal de ensino, rompimento dos laços familiares e comunitários, lazer precário, entre outros motivos.

O fenômeno da mobilidade aliado à diminuição das taxas de natalidade populacional (segundo o



Mapa 04: Taxas de população do gênero masculino nos municípios do Oeste de Santa Catarina
 Fonte: IBGE (2010)

Ministério da Saúde, em Santa Catarina, em 2000, era de 17,7 nascimentos por mil pessoas, em 2007, caiu para 13,5 nascimentos por mil) promove a formação de territórios no interior das cinco microrregiões com especificidades próprias, ou seja, com características similares. Esses são representados pelos fenômenos da ampla tendência de esvaziamento, envelhecimento populacional, estabilização e retração urbana e predomínio de pessoas do gênero masculino (regiões perdedoras e que, para esse caso, também poderiam ser chamadas de ‘deprimidas’), exceto em municípios mais dinâmicos em termos econômicos e populacionais, com certa dinamicidade urbana (esses são pontuais e não difundidos no território da mesorregião do Oeste Catarinense).

Com base nos dados que expressam a realidade regional e dos municípios, esta pesquisa serve de suporte para que os gestores públicos municipais conheçam a realidade da dinâmica populacional regional, pois ela pode servir de orientação para investimentos e para as próprias políticas públicas canalizadas à região em função das características

e tendências populacionais. Entre elas, cita-se a infraestrutura, em função da demanda populacional, a motivação de novas atividades econômicas, a geração de trabalho e renda e os demais investimentos na área social, contemplando aqueles grupos sociais dominantes nos territórios, que apresentam uma configuração atípica para a continuidade do pleno desenvolvimento municipal.

CONCLUSÃO

Na temática principal desta pesquisa, verificou-se a evolução populacional de 1991 a 2010 e as perspectivas, com base em dados censitários do IBGE, bem como as taxas de urbanização e de gênero, por meio de estratos e mapas temáticos, em 118 municípios da mesorregião do Oeste Catarinense.

Observou-se que as retrações populacionais são importantes nas microrregiões de São Miguel do Oeste (extremo oeste) e de Chapecó, sendo que essa configuração é determinada por problemas

estruturais típicos desse ambiente (fronteira), pelo modelo econômico (seletivo) predominante vigente (agroindustrial) e pela atratividade da cidade de Chapecó, no contexto da região de influência, que inclusive contribui para a diminuição populacional dos municípios do entorno (mobilidade dos potenciais humanos regionais).

Quanto às taxas de urbanização, são crescentes e diversificadas, tendem a ser pequenas e estáveis em municípios com população reduzida ou elevadas em municípios polos ou com atividades econômicas mais centradas e diversificadas na área urbana. O acentuado processo de urbanização do intervalo de 2000 a 2010 demonstra uma urbanização tardia na região.

As taxas de composição populacional, por gênero, demonstram que existe uma acentuada perspectiva de vantagem (percentual) da população masculina sobre a feminina, principalmente, em municípios com população reduzida, determinada pela migração especializada na busca de melhores oportunidades de qualidade de vida, que se processa na região desde o século passado. Ao contrário, os centros urbanos de maior porte, na região, tendem a um desequilíbrio no aumento do gênero masculino.

A mobilidade populacional regional está vinculada, essencialmente, à falta de oportunidade de trabalho, de renda mensal regular, de continuidade ao sistema formal de ensino presencial, ao rompimento parcial dos laços familiares e comunitários, à ausência de acesso à inovação e ao lazer. O fenômeno da ampliação do gênero masculino, em pequenos municípios, mostra-se como irreversível e tende a se ampliar.

Constatou-se que o fenômeno da mobilidade promove a formação de territórios com especificidades próprias, sendo representados pela ampla tendência de esvaziamento, envelhecimento populacional, estabilização e retração urbana e predomínio de pessoas do gênero masculino (regiões perdedoras), exceto em municípios mais dinâmicos, em termos econômicos e populacionais (regiões ganhadoras), entretanto estes não são difundidos, ao contrário, apenas pontuais na região de análise desta pesquisa.

As cidades polos, que exercem forte atrativo sobre a região, possuem uma dinamicidade própria pela difusão do acesso ao emprego industrial, que não exige mão de obra especializada e que também representa um complemento de renda ao agricultor parcial, ampliam suas atividades econômicas no ramo de serviços, o que representa uma maior capacidade de abrigar pessoas da região.

No contexto do desenvolvimento da região, existe a necessidade de estudos técnicos que ofereçam

suporte para as políticas públicas articuladas (suporte exógeno) e de investimentos em municípios de pequeno porte e com economia pouco diversificada, seja em infraestrutura, em formação profissional e em incentivo à formação de novas atividades produtivas para a reversão do cenário de estabilização e retração da população regional.